



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Clas - 6

Processo nº : 10530.000919/98-82
Recurso nº : 123.101
Matéria : IRPJ – EX: 1997
Recorrente : INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA LTDA.
Recorrida : DRJ-SALVADOR/BA
Sessão de : 14 DE ABRIL DE 2005
Acórdão nº : 107-08.062

SERVIÇOS HOSPITALARES - COEFICIENTES PARA APURAÇÃO DE LUCRO PRESUMIDO – Demonstrado que a prestação de serviços por estabelecimentos de assistência à saúde, se enquadrem dentre as atividades compreendidas como serviços hospitalares, cabível a aplicação do coeficiente de 8%, para fins de apuração de lucro presumido.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA LTDA.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MARCOS VINÍCIUS NEDER DE LIMA
PRESIDENTE

NILTON PÊSS
RELATOR

FORMALIZADO EM: 03 AGO 2005

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: LUIZ MARTINS VALERO, NATANAEL MARTINS, HUGO CORREIA SOTERO, ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10530.000919/98-82
Acórdão nº : 107-08.062

Recurso nº : 123.101
Recorrente : INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA LTDA.

RELATÓRIO

O presente processo já foi submetido a apreciação por esta Câmara, em sessão de 14 de setembro de 2000, pelo então Conselheiro EDWAL GONÇALVES DOS SANTOS, quando por unanimidade, foi convertido o julgamento em diligência, através da RESOLUÇÃO 107-0.313.

O RELATÓRIO então apresentado, foi o seguinte:

*A autuada já qualificada neste autos, recorre a este Colegiado, através da petição de fls. 81/96, protocolada em 21/06/2.000, da decisão prolatada às fls. 72/77 (cientificada em 23/05/2.000) da lavra do Sr. Delegado da Receita Federal de Julgamento em SALVADOR/BA, que julgou PROCEDENTE o lançamento consubstanciado no auto de infração: fls. 05/23 relativo ao I.R.P.J.

As irregularidades fiscais apuradas pela fiscalização encontram-se assim descritas na peça básica da autuação:

"APLICAÇÃO INDEVIDA DE COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO DO LUCRO. Aplicação indevida do coeficiente de 8% sobre as receitas de prestação de serviços, dos meses de janeiro a setembro quando o correto deveria Ter sido de 32%, pois a alteração contratual foi realizada a partir de 06 de outubro de 1.997 (conforme alteração contratual cláusula primeira). Os serviços realizados pelo INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA LTDA. não eram enquadrados como serviços hospitalares os quais estão citados no contrato social inicial cláusula Segunda. A Constatação da irregularidade do percentual também pode ser verificada através sua atual declaração do IRPJ - ano calendário de 1.996, onde foi aplicado o percentual correto de 32 (cópia anexa)."

Enquadramento Legal: Art. 4º § 7º., alínea "a", da Lei 8.383/91. Lei 9.249/95, art. 15. - Penalidade 15%.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10530.000919/98-82
Acórdão nº : 107-08.062

A Decisão Singular vem assim ementada:

"EMENTA: LUCRO PRESUMIDO SERVIÇOS HOSPITALARES, CONCEITO.

Serviços hospitalares são os prestados por hospital, considerado como local onde são internados e tratados pacientes durante as vinte e quatro horas do dia, com acompanhamento de médicos e enfermeiros.

PERCENTUAL PARA A DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES.

O percentual de 8% da receita bruta para a determinação do lucro presumido é aplicável a prestação de serviços hospitalares, entendido como prestado por hospitais. Aos demais serviços o percentual é de 32%.

LANÇAMENTO PROCEDENTE."

Das peças processuais em anexo ao Auto de Infração constam: i) Contrato Social da autuada firmado em 28/04/83, cujo objetivo social está assim definido - "O objetivo da sociedade será serviços de hematologia, hemoterapia e laboratório clínico" (doc. de fls. 15/17); ii) Alteração contratual firmada em 06/10/97 que altera o objetivo social para - "O objetivo da sociedade passará a ser: Serviços Hospitalares (Hospital dia) de Quimioterapia para Câncer, Hematologia e Transfusão de Sangue (Hemoterapia).

Na impugnação foi anexado a seguinte documentação: i) (Doc. fls. 34/44) Contrato de Prestação de Serviço de Assistência a Saúde por Hospitais privados - Firmado entre a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e o Instituto de Hematologia de Feira de Santana CGC. nº 13305537/0001-01 (o mesmo da autuada) Processo 31835/91 - firmado em 01/07/96 cujas algumas obrigações da contratada resumem-se:

Clausula Quarta: ESPÉCIES DE INTERNAÇÕES

Itens 1 e 2 - internações eletivas, internações de urgência ou emergência.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-AMBULATORIAL
Clausula Quinta:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10530.000919/98-82
Acórdão nº : 107-08.062

item - 4) assistência farmacêutica, de enfermagem e de nutrição etc., quando indicado.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

item -3) Utilização de sala de cirurgia e de material e centro cirúrgico e instalações correlatas;

item -5) Serviço de enfermagem;

item -7) Fornecimento de roupa hospitalar, inclusive para clientes;

item -8) Alimentação com observância das dietas prescritas;
ii) (doc. de fls. 45/52) guias de "Autorização de Internamento Hospitalar - AIH".

O apelo da recorrente é lido em plenário.

As fls. 98 consta fotocópia do depósito recursal de 30%."

O voto aprovado, foi lavrado nos seguintes termos:

"O recurso é tempestivo e preenche as formalidades legais de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

Vislumbra-se através das peças constantes dos autos que a matéria oferecida a apreciação deste colegiado, requer informações mais detalhadas no sentido de verificar se os serviços prestados pela recorrente enquadram-se efetivamente dentro dos chamados **serviços hospitalares**.

Assim, para que não haja dúvida quanto à procedência ou não do feito fiscal, proponho o retorno dos autos à unidade de origem para que:

a) seja esclarecido se as prestação de serviços da contribuinte, envolve internações, determinando-se se os custos destas ficam a seu cargo;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10530.000919/98-82
Acórdão nº : 107-08.062

b) seja informado quais os serviços prestados no estabelecimento próprio da recorrente, principalmente no que se refere a internações;

c) seja intimada a contribuinte a comprovar que a receita auferida efetivamente advém da **prestação de serviços hospitalares**, trazendo ao processo, para tanto, os seguintes documentos referentes ao período controverso:

1) notas fiscais emitidas que, na opinião da contribuinte refiram-se a serviços hospitalares;

2) extratos do SUS e convênios particulares, fazendo constar a discriminação exata dos serviços prestados e correspondentes pagamentos;

3) outros documentos que considerar necessários.

A vista dos documentos apresentados e informações obtidas, manifeste-se a autoridade autuante, fazendo-se os autos presentes à autuada e concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para que a mesma, querendo, se manifeste."

Retornando o processo ao órgão de origem, é dado ciência a recorrente dos termos da diligência, com a solicitação dos documentos e esclarecimentos recomendados.

Em atenção ao pedido, são apresentados documentos que vieram a compor o ANEXO I, inicialmente numerado de 117 a 558, posteriormente renumerado de fls. 001 a 440.

O AFRF diligenciante, elabora relatório, nos seguintes termos (fls. 114/117):

"Em atendimento ao despacho exarado pelo Chefe da Fiana, as fls. 109, e solicitação emanada pelo Primeiro Conselho de Contribuintes. Fls. 102 a 107, realizamos diligência na empresa supra citada, conforme termo de fls. 109 a 113.

5



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10530.000919/98-82
Acórdão nº : 107-08.062

Dos documentos solicitados no termo aludido, o contribuinte nos entregou o seguinte:

1 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO HOSPITALAR FLS. 122 a 132 DO Anexo I

2 – DIVERSOS COMPROVANTES DE RECEBIMENTOS DO SUS, FLS. 134 a 151 referente ao ano de 1997

3 – REQUERIMENTO ONDE DISCORRE SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS E pelo contribuinte fls. 1 d e do anexo acima.

DOCUMENTOS DOS ITENS 1 E 2, FLS. A

Respondendo os questionamentos efetuados pelo Primeiro Conselho de Contribuintes, as fls. 76, temos os seguintes relatos:

A) Seja esclarecido se as prestações de serviços do contribuinte, determinando se os custos destas ficam a seu cargo:

No que tange as despesas não foi possível determinar se os custos incorrem para o contribuinte, já que o mesmo não apresentou documentos que comprovassem. No que se refere as internações só se efetuam entre as 08:00 hs até no máximo as 18:00, conforme prontuários dos pacientes de fls.; 030 a 558, do anexo I. Portanto não conseguindo o que diz o Manual Brasileiro de Acreditação Hospitalar, 2ª edição, 1999, editado pela Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde, que nas páginas 8 e 9, apresenta o conceito de hospital da organização pan-americana de saúde, conforme descrito as fls. 76 deste.

b) Seja informado quais os serviços prestados no estabelecimento próprio da recorrente, principalmente no que se refere a internações:

O contribuinte em seu requerimento elenca os serviços que são prestados pelo mesmo fls. : do anexo I:

- a) Quimioterapia
- b) Hemoterapia
- c) Hematologia Clínica
- d) Patologia Clínica em Nível Hospitalar

Dos serviços acima descritos, são atendimentos feito a nível ambulatório e os pacientes só permanecem entre as 08:00 até no máximo as 18:00 hs, como já ressaltado acima.

B) Seja intimado o contribuinte a comprovar que as receitas auferidas efetivamente advém da prestação de serviços hospitalares, trazendo ao



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10530.000919/98-82
Acórdão nº : 107-08.062

processo, para tanto os seguintes documentos referente ao período controverso:

- 1) *Notas fiscais que, na opinião do contribuinte refiram-se a serviços hospitalares;*

Nenhuma nota fiscal foi entregue pelo contribuinte.

- 2) *Extratos do SUS e convênios particulares. Fazendo constar a discriminação exata dos serviços prestados e correspondentes pagamentos;*

De convênios particulares, não foi apresentado nenhum. Quanto a extratos do SUS, foram apresentados pelo contribuinte os períodos de 01/97, 02/97, 10/97, 11/97, que se referem a serviços ambulatorial, fls. 134 a 151, do anexo II. Além desses foram apresentados o período de 04/97, 08/97, 09/97 e 11/97, que não faz parte do contencioso do processo.

Todo o material acima, encontra-se no Anexo I, deste processo o qual fará parte integrante do mesmo.

Da análise do contrato de prestação de serviços, feito entre o contribuinte e o SUS, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, fls.; , teremos os seguintes comentários a efetuar:

Na sua Cláusula Primeira, reza o objeto dos serviços a serem prestados.

No Inciso I, reza o contrato "Assistência médica ambulatorial onco Hematológica"

Parágrafo 1º "Os serviços contratados compreendem as áreas de:

- a) *Assistência médica ambulatorial – onco Hematologia”*

Na sua cláusula Sétima – DO PREÇO, mais uma vez discrimina que tipo de serviços serão pagos.

Inciso I “Assistência médica ambulatorial R\$ 150.114,58.

De toda documentação apresentada pelo contribuinte, temos a seguinte conclusão;

Que por não prestar serviços continuados (24) horas, aos pacientes e Como já frisamos anteriormente que o Manual Brasileiro de Acreditação Hospitalar 2ª edição. 1999 editado pela Secretaria de Política de Saúde do Ministério da Saúde, nas páginas 8 e 9, apresenta o conceito



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10530.000919/98-82
Acórdão nº : 107-08.062

*de hospital da Organização Pan-Americana de Saúde, conforme folhas 76
deste, concluímos que o lançamento foi efetuado de forma correta.*

É o relatório"

*Dê ciência ao contribuinte deste relatório, concedendo-
lhe prazo de 30 (trinta) dias, para o mesmo, querendo se manifeste."*

O contribuinte é cientificado do relatório em data de 02 de abril de 2002, conforme AR anexado à folha 118, não se manifestado sobre o mesmo.

Despachos à folhas 119 e 120, datados de 22/10/2004 e 27/10/2004, dão seguimento ao processo, encaminhando o mesmo ao Primeiro Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, onde é recebido em, data de 09/11/2004.

É o Relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Henrique Góis".



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10530.000919/98-82
Acórdão nº : 107-08.062

V O T O

Conselheiro - NILTON PÊSS, Relator

O recurso voluntário já foi conhecido em sessão de 14 de setembro de 2000, como tempestivo e preenchendo as demais condições de admissibilidade, quando através da Resolução nº 107-0.313, foi o julgamento convertido em diligência.

A autuação baseou-se no fato de a recorrente, durante o período dos três primeiros trimestres do ano de 1997, ao optar pela tributação pelo lucro presumido, ter aplicado o percentual de 8%, para apuração da base de cálculo de suas tributações.

Observou o autuante, que pelo contrato social da empresa, os serviços realizados não eram enquadrados como serviços hospitalares, os quais somente passaram a constar a partir da alteração contratual de 06 de outubro de 1997.

O lançamento observou a diferença apurada entre o resultado dos cálculos de 8% (apurados pelo contribuinte em sua declaração de rendimentos) e 32% (considerados pelo fisco), sobre as receitas.

A decisão em primeira instância, mantém integralmente os lançamentos, considerando que embora os serviços prestados pela suplicante, tenham que ser prestados em "ambiente hospitalar", e sejam desemcumbidos com documento de baixa em "hospital-dia", não se subsumem à norma que permite a aplicação de 8%, uma vez que ela foi publicada visando reconhecer os custos característicos de um hospital, em cuja essência encontramos a internação de pacientes para tratamento durante as vinte e quatro horas do dia, com acompanhamento de enfermeiros e médicos.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Nilton Pêss".



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10530.000919/98-82
Acórdão nº : 107-08.062

Após a realização da diligência solicitada, o Diligenciante informa que os serviços prelados pelo contribuinte são os de:

- a) Quimioterapia
- b) Hemoterapia
- c) Hematologia Clínica
- d) Patologia Clínica em Nível Hospitalar

Diz ainda o diligenciante que os atendimentos são feitos a nível ambulatorial e os pacientes só permanecem entre as 08:00 até no máximo as 18:00 hs.

Finaliza o relatório da diligência conclui que por não prestar serviços continuados (24) horas, aos pacientes, não reveste o conceito de hospital, razão pela qual entende que o lançamento foi efetuado de forma correta.

Discordo das conclusões do ilustre diligenciante.

Foi atestado que a autuada presta serviços de Quimioterapia, Hemoterapia, Hematologia Clínica e Patologia Clínica em Nível Hospitalar, muito embora sem ocorrer o pernoite dos pacientes.

Uma das argumentações centrais para a manutenção dos lançamentos em primeira instância, foi o fato de a contribuinte não oferecer pernoite aos seus pacientes.

As alegações da recorrente são de que, à época da autuação, os seus serviços prestados, eram de natureza hospitalar, como inerente à natureza dos seus serviços, além das próprias instalações, independente da redação especificada no seu contrato social, como reconhecido pela própria decisão recorrida.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Hélio Góes".



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10530.000919/98-82
Acórdão nº : 107-08.062

Pelo descrito em seu recurso, não contestado pela diligência realizada, entendo reunir a recorrente, as condições de enquadramento como estabelecimento de saúde enquadravel como prestadora de serviços hospitalares, assim como pretendido pela legislação de regência.

A Instrução Normativa SRF nº 306, de 12 de março de 2003, em seu artigo 23, veio a esclarecer quais atividades hospitalares seriam abrangidas pela faculdade de utilização da alíquota favorecida de 8%.

Portanto, a existência de um estabelecimento de saúde, que desenvolva as atividades características de prestação de serviços hospitalares, possuindo estrutura física condizente com a de um hospital, prestando serviços no tratamento de doenças, dispondo de atendimento a casos de urgência, ou não, incluindo serviços de enfermagem, muito embora como no caso pressente, caracterizando-se como "hospital-dia", sem pernoite, reúne as condições para enquadramento na utilização da alíquota de 8%.

Pelo exposto, oriento meu voto no sentido de DAR provimento ao recurso voluntário.

É o meu voto.

Sala das Sessões - DF, 14 de abril de 2005.



Nilton Pêss